



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 6/2019

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP

PROCESSO N.º 08191.000016/2019-42

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, sediado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, em Brasília/DF, torna público que realizará licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando recursos de tecnologia da informação - INTERNET, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço global, no **dia 23 de abril de 2019, às 14 (Quatorze) horas e 30 (Trinta) minutos**, ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, por meio do endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br**, para a aquisição dos produtos especificados neste Edital e seus Anexos. A licitação será regida pela Lei n.º 10.520/2002 e Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto n.º 5.450/2005 e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/1993 e demais condições contidas neste Edital.

CAPÍTULO I - CONDIÇÕES PRELIMINARES

1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) do MPDFT, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica.

CAPÍTULO II - DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de materiais de expediente, conforme especificações constantes dos Anexos abaixo relacionados, que fazem parte deste Edital:

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo II – Planilha de Preços Máximos
- Anexo III – Declaração de Parentesco (conforme Resolução CNMP n.º 37/2009 e posteriores alterações)

CAPÍTULO III - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 1. Poderão participar desta licitação exclusivamente microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006, previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 2. Não poderão participar deste Pregão:**
 - 2.1.** empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
 - 2.2.** sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - 2.3.** empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o MPDFT, durante o prazo da sanção aplicada; declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação; impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 2.4.** empresas que tenha como sócios, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe a Resolução n.º 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, e posteriores alterações;
 - 2.5.** consórcio de empresas;
 - 2.6.** cooperativas (nos casos dos serviços terceirizados enumerados na cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o MPT e a União);
 - 2.7.** empresas concordatárias, em recuperação judicial ou que hajam tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;
 - 2.8.** o autor do projeto, básico ou executivo;
 - 2.9.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

2.10. empresas estrangeiras que não funcionem no País.

CAPÍTULO IV - DO CREDENCIAMENTO

1. Para ter acesso ao sistema eletrônico o licitante deve dispor de chave de identificação e de senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, onde também poderá informar-se a respeito do funcionamento e do regulamento do sistema e receber instruções detalhadas para a correta utilização desses dispositivos.
2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
4. O credenciamento e a sua manutenção requerem registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) que, também, será requisito para fins de habilitação, consoante o estabelecido no inciso I do art. 13 do Decreto nº 5.450/05.
5. O fornecedor descredenciado do SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.
6. Nenhuma pessoa, mesmo que credenciada mediante procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
2. O licitante assumirá, quando do encaminhamento da proposta, o conhecimento e concordância com as exigências previstas no Edital, bem como, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Instrumento Convocatório.
3. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
4. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios ou não atendimento das demandas formuladas pelo MPDFT face à inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
5. As microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) deverão declarar, à época do cadastramento da proposta, em campo próprio do sistema COMPRASNET, que atendem aos requisitos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para que possam gozar dos benefícios previstos na referida Lei.
 - 5.1. A utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao

certame, sujeitando o licitante à aplicação de penalidades previstas na legislação vigente, neste Edital e seus Anexos.

CAPÍTULO VI - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico pregaoeletronico@mpdft.mp.br.
 - 1.1. No caso de Impugnações protocoladas por escrito, também deverão ser disponibilizadas em meio magnético (*pen drive*) ou através do endereço eletrônico pregaoeletronico@mpdft.mp.br, face à obrigatoriedade da publicação, no sistema COMPRASNET, do pedido de Impugnação juntamente com a decisão emitida pelo Pregoeiro.
2. O Pregoeiro decidirá sobre a Impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame, no caso da alteração havida ocasionar mudanças na formulação da proposta, conforme disposto no § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93.
3. A decisão adotada pela Administração será divulgada no COMPRASNET.
4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, preferencialmente por meio eletrônico via internet, no endereço pregaoeletronico@mpdft.mp.br.
5. Todas as questões relativas à realização do presente certame licitatório, independentemente de sua natureza ou espécie, serão respondidas e/ou divulgadas, exclusivamente, por meio do sistema COMPRASNET, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante seu acompanhamento.

CAPÍTULO VII - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1. A partir do horário previsto no Edital a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro.
2. Até a abertura da sessão os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada.
3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital ou que apresentem irregularidades insanáveis.
5. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
6. A ausência do detalhamento do objeto no campo “Descrição Detalhada do Objeto” não acarretará a desclassificação da proposta do licitante, podendo tal falha ser sanada mediante realização de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações.

7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO VIII - DA ETAPA DE LANCES

1. Classificadas as propostas o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
2. Aberta a etapa competitiva os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e devidamente registrado pelo sistema.
4. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos. Os lances enviados em prazos inferiores aos estipulados serão descartados automaticamente pelo sistema. (*Instrução Normativa SLTI nº 3, de 16/12/2011, alterada pela Instrução Normativa SLTI nº 3, de 4 de outubro de 2013*).
5. No caso de serem ofertados dois ou mais lances iguais, para efeito de classificação das propostas prevalecerá aquele que tenha sido recebido e registrado primeiro pelo sistema.
6. Durante a sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
7. Durante a fase de lances o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
8. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
9. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a etapa de lances.
10. Não será admitida a desistência de proposta após a abertura do certame, nem de lance após o encerramento da fase de lances, ficando o licitante desistente sujeito à aplicação das sanções previstas neste Edital.
 - 10.1. O não encaminhamento da proposta e/ou documentação após a convocação pelo Pregoeiro, no prazo estipulado neste Edital, caracteriza desistência para fins de aplicação das penalidade cabíveis.
11. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
12. Em caso de desconexão, observar o disposto nos parágrafos décimo e décimo primeiro do art. 24 do Decreto n.º 5.450/2005. O Pregoeiro irá analisar e decidir acerca da possibilidade de suspender o Pregão, caso verifique transtornos ou impedimentos ao bom andamento da etapa competitiva do certame.

13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.1. Caso a melhor oferta esteja acima do valor máximo aceitável fixado neste Edital o licitante será convocado pelo Pregoeiro, no “chat” do sistema COMPRASNET, para negociar o valor ofertado e, em caso de não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado pelo Pregoeiro durante a negociação, ou não negociação do valor ofertado, o licitante será desclassificado, consoante previsto no Capítulo IX deste Edital, e será convocado o próximo colocado para a negociação.

CAPÍTULO IX - DO JULGAMENTO E DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. No julgamento das propostas a classificação se dará em ordem crescente dos preços ofertados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

2. **Os preços ofertados devem estar compatíveis com os praticados no mercado, sendo desclassificadas, após a etapa de lances, as propostas que apresentarem valores totais dos Itens superiores aos constantes da Planilha de Preços Máximos, Anexo II deste Edital.**

2.1. Serão igualmente desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, na forma definida pelo artigo 48 da Lei nº 8.666/93, preços baseados em cotações de outros licitantes, que contenham vícios ou ilegalidades, ou, ainda, que desatendam a quaisquer das exigências contidas no presente Edital.

2.1.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos: (*Instrução Normativa Nº 5, de 25 de maio de 2017*)

2.1.1.1. questionamento junto à proponente para as apresentações de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

2.1.1.2. verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;

2.1.1.3. levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;

2.1.1.4. consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

2.1.1.5. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

2.1.1.6. verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

2.1.1.7. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

- 2.1.1.8. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
 - 2.1.1.9. levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
 - 2.1.1.10. estudos setoriais;
 - 2.1.1.11. consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
 - 2.1.1.12. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.
- ✓ Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido;
 - ✓ Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 2.2. A proposta deverá apresentar preços unitários e totais, expressos em R\$ (reais), tanto em algarismos como por extenso no caso do valor total. Em caso de divergência entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos.
- 2.3. A proposta deverá discriminar pormenorizadamente o produto cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos, indicando, ainda, somente uma marca e modelo para cada Item, sob pena de desclassificação da proposta.
- 2.3.1. Encerrada a fase de lances o Pregoeiro poderá solicitar à licitante classificada em primeiro lugar **amostra(s)** do(s) produto(s) ofertado(s). *(Aplicável a todos os Itens desta licitação).*
- 2.3.1.1. As amostras deverão ser entregues no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da comunicação do Pregoeiro, e serão analisadas no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento. Esses prazos poderão ser prorrogados a critério do MPDFT
 - 2.3.1.2. As amostras deverão ser entregues na Secretaria de Licitação do MPDFT, no seguinte endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, CEP 70091-900, Brasília/DF.
- 2.3.2. **A análise das amostras terá caráter eliminatório e será realizada com base nos Procedimentos para Análise de Amostra, constantes do tópico 5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, tendo por medida os critérios seguintes:**
- a) A(s) amostra(s) oferecida(s) para análise deve(m) corresponder com precisão aos descritivos contidos na proposta da empresa.

- b) Será(ão) reprovada(s) a(s) amostra(s) que se apresentar(em) em desacordo com as especificações dispostas no Edital e seus Anexos, implicando na desclassificação da licitante.
- c) A amostra aprovada, que não tenha sido avariada durante o procedimento de avaliação, poderá ser considerada como unidade entregue no ato da contratação, a critério do MPDFT.
- d) A(s) amostra(s) aprovada(s), quando não abatidas do quantitativo para entrega, deverá(ão) ser retirada(s) pela Contratada no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento definitivo do quantitativo total do Item.
- e) A(s) amostra(s) reprovada(s) deverá(ão) ser retirada(s) pela licitante no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da adjudicação do referido Pregão.
- f) O MPDFT poderá dar a destinação que julgar conveniente à(s) amostra(s) não retirada(s) nos prazos acima dispostos.

2.3.3. O licitante que não apresentar a amostra será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

2.3.4. A análise das amostras poderá ser acompanhada por outros licitantes ou seus representantes legais, quando prévia e formalmente requerido pelo interessado.

- a) A solicitação deverá ser entregue na Secretaria de Licitação do MPDFT, localizada no seguinte endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício-Sede do MPDFT, Sala 607, CEP 70091-900, Brasília/DF.
- b) Fica terminantemente proibida, durante a fase de observação/testes, toda e qualquer forma de ingerência que possa interferir no desenvolvimento dos procedimentos.

2.4. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

- 3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade com o objeto licitado e as regras editalícias, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, estabelecida no preâmbulo deste Edital.
 - 4.1. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias.
- 5. No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos relacionados com fretes, salários, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, tributos e contribuições, e todos os demais impostos, taxas e outras despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão do contrato ou instrumento equivalente a ser assinado.
- 6. O licitante vencedor deverá encaminhar a proposta de preços, atualizada em conformidade com o último lance ofertado e a Declaração de que trata o tópico 7 abaixo, assinadas e digitalizadas, pelo sistema **COMPASNET**, no **prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a**

contar da convocação do Pregoeiro, por meio da funcionalidade “Convocar Anexo”, tendo como prazo final às 19 (dezenove) horas do segundo dia.

- 6.1.** No caso de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo sistema COMPRASNET, a proposta de preços e a Declaração poderão ser entregues em sua via original ou remetidas pelos e-mails pregaoeletronico@mpdft.mp.br ou cplmpdft@gmail.com, no mesmo prazo determinado acima, sem prejuízo da disponibilização no COMPRASNET em momento posterior, pela funcionalidade “Convocar Anexo”, de forma que a documentação fique à disposição para consulta no sistema COMPRASNET.
- 6.2.** A documentação entregue em original ou remetida via e-mail deverá corresponder exatamente àquela inserida no sistema COMPRASNET. A apresentação de documento não inserido no COMPRASNET resultará na desconsideração do mesmo para fins de análise.
- 7. O licitante deverá encaminhar, pelo sistema COMPRASNET, Declaração em cumprimento à exigência da Resolução n.º 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público e posteriores alterações, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital, sob pena de desclassificação.**
- 8.** Dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis o licitante poderá encaminhar tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos a sua Proposta de Preços. Na hipótese da proposta já ter sido incluída no sistema COMPRASNET será necessário que o licitante comunique ao Pregoeiro o interesse de envio de novo documento. Nesse caso, o Pregoeiro fará novo uso da funcionalidade “Convocar Anexo”.
- 9.** A fim de aplicar o princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de 2 (dois) dias úteis não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de qualquer documento complementar que deveria ter sido remetido juntamente com a proposta, salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência para elucidar os esclarecimentos solicitados.
 - 9.1.** Após transcorrido o prazo supracitado, poderá ser realizado o saneamento da proposta, consoante previsto na IN 5/2017 da SEGES/MP e no art. 26, §3º do Decreto nº 5.450/2005, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
 - 9.2.** O saneamento da proposta não poderá implicar no aumento do seu valor global.
- 10.** Não será admitido, em nenhuma hipótese, sob pena de desclassificação, que a proposta/planilha ajustada ao lance vencedor apresente preços para serviços, encargos, insumos, materiais e/ou outros associados superiores aos valores dos lances finais ofertados na licitação.
- 11.** Os documentos remetidos por meio da opção “Convocar Anexo” do sistema COMPRASNET poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
 - 11.1.** Caso solicitado, esses documentos deverão ser encaminhados para o seguinte endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, Brasília/DF, CEP 70091-900.

CAPÍTULO X - DA HABILITAÇÃO

1. Encerrada a etapa de lances e a eventual negociação, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro procederá à verificação do atendimento das condições de habilitação do licitante.
2. Para habilitação no presente Pregão serão exigidos os seguintes documentos:

2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cédula de identidade;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto, nos termos da Portaria RFB/PGFN n.º 1.751/2014), Estadual ou Distrital e Municipal, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
- c) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de FGTS - CRF);
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011. *(Esta Certidão poderá ser encaminhada pelo licitante, mas também será consultada pelo Pregoeiro, e para fins de habilitação será considerada a Certidão mais atualizada).*
- e) As ME's e EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
 - a.1) comprovação de boa situação financeira, com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), através de demonstração contábil do último exercício social da licitante (art. 43 da IN 2/2010);
 - a.2) as empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), em qualquer dos índices, deverão comprovar possuir patrimônio líquido ou capital social não

inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação (Art. 31, §3º da Lei nº 8.666/93 e art. 44 da IN 2/2010), sob pena de inabilitação;

- a.3)** sociedade criada no exercício em curso poderá apresentar fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - a.4)** para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais não será exigido da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte a apresentação de Balanço Patrimonial do último exercício social (art. 3º do Decreto nº 6.204/2007).
 - b)** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, válida na data da convocação do licitante. *Caso a certidão emitida seja omissa em relação ao prazo de validade, esta será considerada válida até 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua emissão.*
- 3.** A comprovação das informações previstas nos tópicos 2.1, 2.2 e 2.3 deste Capítulo, bem como a verificação das demais Certidões/informações, poderá ser realizada por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e aos sítios respectivos na Internet.
- 3.1.** O licitante que, embora cadastrado no SICAF, esteja com situação irregular neste sistema, poderá apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados, bem como o Pregoeiro poderá realizar a consulta nos sítios respectivos na Internet.
- 4.** A fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelo licitante, às exigências da Lei Complementar nº 123/2006, será exigida a apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício do último exercício social aos licitantes que se declararem ME/EPP aptos a utilizarem os benefícios concedidos pela lei supracitada.
- 4.1.** Poderão ser adotados procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação e/ou consulta de documentos julgados necessários, a fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelo licitante, às exigências da Lei Complementar nº 123/2006.
- 5.** Será consultada a existência de registros impeditivos da contratação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF); no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União – CGU; e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- 6.** Será realizada consulta no SICAF quanto à composição societária das empresas, a fim de certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante (art. 9º, III da Lei nº 8.666/1993).
- 7.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 8.** A Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, a Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal empregados menores de idade, a Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado, a Declaração de Acessibilidade e a Declaração de Cota de Aprendizagem serão disponibilizadas mediante preenchimento de campo específico do sistema COMPRASNET.

9. Caso algum dos documentos de habilitação venha a perder a validade no curso da licitação o Pregoeiro poderá, conforme lhe faculta o § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
10. O licitante vencedor deverá encaminhar a documentação, assinada e digitalizada, pelo sistema **COMPRASNET**, no **prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da convocação do Pregoeiro**, por meio da funcionalidade “Convocar Anexo”, tendo como prazo final às 19 (dezenove) horas do segundo dia.
 - 10.1. No caso de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo sistema COMPRASNET, a documentação poderá ser entregue em sua via original ou remetida pelos e-mails pregoeletronico@mpdft.mp.br ou cplmpdft@gmail.com, no mesmo prazo determinado acima, sem prejuízo da disponibilização no COMPRASNET em momento posterior, pela funcionalidade “Convocar Anexo”, de forma que a documentação fique à disposição para consulta no sistema COMPRASNET.
 - 10.2. A documentação entregue em original ou remetida via e-mail deverá corresponder exatamente àquela inserida no sistema COMPRASNET. A apresentação de documento não inserido no COMPRASNET resultará na desconsideração do mesmo para fins de análise.
11. Dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis o licitante poderá encaminhar tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos a sua documentação de habilitação. Na hipótese de algum documento já ter sido incluído no sistema COMPRASNET será necessário que o licitante comunique ao Pregoeiro o interesse de envio de novo documento. Nesse caso, o Pregoeiro fará novo uso da funcionalidade “Convocar Anexo”.
12. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de 2 (dois) dias úteis não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de documentação de habilitação ou de qualquer outro documento complementar que deveria ter sido remetido juntamente com a documentação, salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência para elucidar os esclarecimentos solicitados.
13. Os documentos remetidos por meio da opção “Convocar Anexo” do sistema COMPRASNET poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
 - 13.1. Caso solicitado, esses documentos deverão ser encaminhados para o seguinte endereço:
Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, Brasília/DF, CEP 70091-900.
14. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 14.1. A não regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas no tópico 14 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções

previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço e o licitante será declarado vencedor do certame, sendo convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido neste Edital.
16. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.
17. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
18. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

CAPÍTULO XI - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema COMPRASNET, no prazo de pelo menos 30 (trinta) minutos, a intenção de recurso.
 - 1.1. A falta de manifestação quanto ao resultado do certame, na forma prevista no item 1 deste Capítulo, importará preclusão do direito recursal.
2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
3. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo específico disponibilizado pelo sistema COMPRASNET, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões, também via COMPRASNET, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada **vista** imediata dos **autos** no endereço **Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, CEP 70091-900, Brasília/DF.**
 - 3.1. **Não serão reconhecidos recursos e contra-razões entregues por escrito ou enviados por fac-símile ou e-mail, sendo admitidos, apenas, os postados diretamente em campo específico disponibilizado pelo sistema COMPRASNET.**
4. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
5. Declarada a vencedora da licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interpor recurso, ou julgados os que interpostos forem, será o procedimento submetido ao Titular da Unidade para homologação.
6. Encerrada a sessão pública a Ata respectiva será disponibilizada imediatamente na internet para acesso livre de todos os licitantes e da sociedade.

CAPÍTULO XII - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- 1.** O MPDFT poderá dispensar o termo de contrato, independentemente do valor da aquisição, quando se tratar de entrega imediata, da qual não resultem obrigações futuras.
- 2.** A licitante vencedora será notificada para firmar contrato ou retirar instrumento equivalente no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.
- 3.** Caberá à licitante vencedora:
 - a)** entregar o objeto de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Edital e seus Anexos e em sua proposta;
 - b)** retirar e transportar, por conta própria, qualquer material rejeitado pelo MPDFT, quando do recebimento provisório, bem como providenciar sua substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da notificação que lhe será entregue;
 - c)** recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste Instrumento e que lhes sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações assumidas;
 - d)** comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quaisquer alterações havidas em seus dados cadastrais, tais como endereço, telefone, etc.;
 - e)** apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas no Edital e seus Anexos;
 - f)** encaminhar qualquer solicitação ao MPDFT por intermédio do gestor do contrato;
 - g)** comunicar imediatamente ao gestor do contrato qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado;
 - h)** manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - i)** não utilizar o nome do MPDFT, ou sua qualidade de contratada, em quaisquer atividades de divulgação empresarial como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do contrato;
 - j)** não oferecer o contrato em garantia de operações de crédito bancário;
 - k)** acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor do contrato designado pelo MPDFT;
 - l)** responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados ao MPDFT ou a terceiros, decorrentes da execução das obrigações assumidas, ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Assume a Contratada, nesse caso, a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, ao MPDFT reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura.

CAPÍTULO XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 1.** O MPDFT poderá, garantida a defesa prévia, aplicar sanções administrativas à CONTRATADA, nos termos dos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.

2. No caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, no que diz respeito ao prazo de entrega do objeto ou da prestação de serviços será aplicada multa de mora nos seguintes termos:
 - I. multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, por dia de atraso das obrigações cujo cumprimento seja estabelecido em dias ou em períodos a eles correspondentes, até o 15º (décimo quinto) dia;
 - II. multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, quando o atraso for superior a 15 (quinze) dias.
3. No caso de inexecução total ou parcial do contrato poderão ser aplicadas as seguintes sanções:
 - I. advertência;
 - II. multa:
 - no caso de **inexecução parcial** do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato.
 - no caso de **inexecução total** do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global atualizado do contrato.
 - ✓ Caso a aplicação de multa resulte em valores exorbitantes e/ou desproporcionais, poderá ocorrer a redução do percentual aplicado a critério **discricionário da Administração**, sempre com a análise do caso concreto.
 - III. impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no contrato e demais cominações legais, com o consequente descredenciamento no SICAF, a Contratada que:
 - a) apresentar documentação falsa;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo;
 - e) fizer declaração falsa;
 - f) cometer fraude fiscal.
 - IV. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - 3.1. Poderá ser aplicada, cumulativamente ou não com as sanções previstas nos incisos I, III e IV, a multa prevista no inciso II.
4. No caso de não-recolhimento do valor da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou será cobrada judicialmente a dívida, consoante o disposto no § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.
5. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do tópico 3 acima, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

6. Fica, também, impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e demais cominações legais, com o consequente descredenciamento no SICAF, o licitante que:
- a) não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
 - b) deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
 - c) apresentar documentação falsa;
 - d) não mantiver a proposta;
 - e) comportar-se de modo inidôneo;
 - f) fizer declaração falsa;
 - g) cometer fraude fiscal.
7. De acordo com o artigo 88 da Lei nº 8.666/1993, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:
- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
8. A utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando o licitante à aplicação de penalidades previstas na legislação vigente, neste Edital e seus Anexos.
9. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, dispostas na Lei nº 8.666/1993 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, inclusive a responsabilização do licitante por eventuais perdas e danos causados ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

CAPÍTULO XIV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa decorrente deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados ao MPDFT no Orçamento Geral da União para o exercício de 2019, observada a classificação seguinte: Programa de Trabalho 089748, Fonte do Recurso 100 e Elemento de Despesa 339030.

CAPÍTULO XV - DO PAGAMENTO

1. O MPDFT pagará à CONTRATADA pelo objeto efetivamente fornecido até o 10º (décimo) dia da apresentação de fatura ou nota fiscal, em nome do MPDFT, CNPJ 26.989.715/0002-93, devidamente atestada pelo setor competente, por meio de depósito na conta corrente da CONTRATADA através de Ordem Bancária, ficando condicionado à comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA.
2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida

pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplimento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

3. O prazo de pagamento poderá ser suspenso se o fornecimento não estiver de acordo com as especificações estipuladas neste Instrumento, caso em que o prazo referido no tópico 1 deste Capítulo será contado a partir da efetiva regularização das pendências por parte da empresa.
4. A licitante vencedora deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CAPÍTULO XVI - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

1. O recebimento do objeto será realizado de acordo com o art. 73 da Lei nº 8.666/93 e art. 9º da Portaria Normativa/DG nº 32, de 13 de janeiro de 2010, nos seguintes termos:
 - a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações do edital/contrato, devendo constar a data, com a aposição de carimbo com identificação do nome, cargo, matrícula e assinatura do gestor no verso da fatura/nota fiscal;
 - b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e sua aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias do recebimento provisório.
2. A entrega do objeto pela CONTRATADA e seu recebimento pelo MPDFT não implicam sua aceitação definitiva, que será caracterizada pela atestação da nota fiscal/fatura correspondente.

CAPÍTULO XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Será sumariamente desclassificada a licitante que no transcorrer deste Pregão, independentemente de forma ou natureza e, sob qualquer pretexto, adotar meios que possam tornar pública a sua participação no certame.
2. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.
3. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Pregão.
4. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
 - 4.1. A inobservância do prazo fixado para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência, ou ainda, o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos, ocasionará a desclassificação/inabilitação do licitante.
5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do Pregão, seja possível a aferição

da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

6. No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado acostado aos autos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
7. **O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e/ou a documentação exigidas no Edital, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.**
8. O objeto deste Pregão poderá ter acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei nº 8.666/93.
9. A contagem dos prazos constantes deste Edital rege-se-á em conformidade com o disposto no art. 110 da Lei nº 8.666/93.
10. Havendo indícios de que os questionamentos, recursos ou impugnações tenham caráter meramente protelatório ou que visem tumultuar ou procrastinar o processo licitatório, o Pregoeiro encaminhará cópia dos autos à Promotoria de Brasília para as providências cabíveis.
11. Todas as questões relativas à realização do presente certame licitatório, independentemente de sua natureza ou espécie, serão respondidas e/ou divulgadas, exclusivamente, por meio do sistema COMPRASNET, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante seu acompanhamento.
12. Este Edital encontra-se disponível nos sites www.mpdft.mp.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.
13. Eventuais dificuldades na obtenção deste Edital e seus Anexos e no envio de documentos pelo sistema COMPRASNET poderão ser comunicadas no período das 12h às 19h, pelos telefones (61)3343-9370 ou (61)3343-9077, ou no endereço Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, Brasília/DF, bem como pelo e-mail pregaoeletronico@mpdft.mp.br.
14. **Em caso de divergência entre as especificações insertas no SIASGnet/Comprasnet e as especificações contidas neste Edital, prevalecerão as constantes deste último.**
15. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.
16. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília/DF, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília, 5 de abril de 2019.

MARLI DE SOUSA REGO
Pregoeiro

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO
1	<p>APAGADOR QUADRO BRANCO, MATERIAL BASE FELTRO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO, COMPRIMENTO 15, LARGURA 6.</p> <p><i>Observação: ENCAIXE PARA DOIS PINCEIS MARCADORES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15CM X 6CM X 3CM.</i></p>	50	UNIDADE
2	<p>APOIO PUNHO TECLADO, MATERIAL ESPUMA REVESTIDA COM TECIDO SINTÉTICO, COR PRETA, COMPRIMENTO 460, LARGURA 150, ALTURA APOIO PUNHO 25, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ERGONÔMICO.</p>	130	UNIDADE
3	<p>BANDEJA EXPEDIENTE, MATERIAL ACRÍLICO, COR FUMÊ, LARGURA 260, ALTURA 40, MODELO SIMPLES, PROFUNDIDADE 370.</p> <p><i>Observação: BASE COM PÉS EMBORRACHADOS. MARCA ACRIMET OU SIMILAR.</i></p>	100	UNIDADE
4	<p>BLOCO RECADO, MATERIAL PAPEL, COR AMARELO, LARGURA 76, COMPRIMENTO 102, TIPO REMOVÍVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AUTO-ADESIVO.</p> <p><i>Observação BLOCO PARA RECADO AUTOADESIVO GRANDE, MED. 76MM X 102MM, COR AMARELA, MÍNIMO DE 100 FOLHAS. VALIDADE MÍNIMA 12 MESES. MARCA 3M OU SIMILAR.</i></p>	3.500	UNIDADE
5	<p>BORRACHA APAGADORA ESCRITA, MATERIAL BORRACHA, COMPRIMENTO 45, LARGURA 23, ALTURA 12, COR BRANCA.</p> <p><i>Observação: BORRACHA TERMOPLÁSTICA LIVRE DE PVC, COM CAPA PLÁSTICA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. MARCA FABER CASTELL OU SIMILAR.</i></p>	600	UNIDADE
6	<p>CANETA HIDROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, ESPESSURA ESCRITA FINA, COR CARGA AZUL, APLICAÇÃO CD/DVD.</p> <p><i>Observação: CANETA PARA ESCRITA EM CD/DVD. TINTA A BASE DE ÁLCOOL RESISTENTE A ÁGUA, ESPESSURA DA ESCRITA DE 1.0MM, VALIDADE</i></p>	180	UNIDADE

	MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. MARCA PILOT OU SIMILAR.		
7	CANETA MARCA-TEXTO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA CHANFRADA, COR FLUORESCENTE AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRAÇO 4 MM. <i>Observação:</i> TINTA À BASE DE ÁGUA, COM PONTA RETANGULAR CORTADA EM DIAGONAL, QUE PERMITE TRAÇOS FINOS E GROSSOS. VALIDADE MÍNIMA DE 1 (UM) ANO. MARCA PILOT OU SIMILAR.	1.500	UNIDADE
8	CORRETIVO FITA, MATERIAL BASE DE POLIACRILATO, COMPRIMENTO 6, LARGURA 4,20, APLICAÇÃO APAGAR CANETA ESFEROGRÁFICA. <i>Observação:</i> CORRETIVO EM FITA, TIPO ROLLER, COM CORREÇÃO INSTANTÂNEA E SECA. FITA COR BRANCA MEDINDO ENTRE 4,2 E 5MM, COM NO MÍNIMO 6 (SEIS) METROS DE COMPRIMENTO. PARA USO EM IMPRESSOS E MANUSCRITOS. SISTEMA ANTITRAVAMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. MARCA BIC, HENKEL OU SIMILAR.	400	UNIDADE
9	DISCO COMPACTO - CD/DVD, CAPACIDADE CD ROM 700, TEMPO DURAÇÃO 80, TIPO GRAVÁVEL / CDR. <i>Observação:</i> MÍDIA CD-R, CAPACIDADE MÍNIMA DE 700 MB, 48 X, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM COM 50 (CINQUENTA) OU 100 (CEM) UNIDADES DEVIDAMENTE LACRADA. COM INFORMAÇÕES ALUSIVAS ÀS CARACTERÍSTICAS DA MÍDIA E NOME DO FABRICANTE IMPRESSOS NO CD.	4.000	UNIDADE
10	DISCO COMPACTO - CD/DVD, TIPO GRAVÁVEL / DVD R, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MONOFACE, CAPACIDADE DVD ROM 4,7 GB. <i>Observação:</i> MÍDIA DVD-R, CAPACIDADE MÍNIMA DE 4.7GB, 16X, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM COM 50 (CINQUENTA) OU 100 (CEM) UNIDADES DEVIDAMENTE LACRADA. COM INFORMAÇÕES ALUSIVAS ÀS CARACTERÍSTICAS DA MÍDIA E NOME DO FABRICANTE IMPRESSOS NO DVD.	3.400	UNIDADE
11	DISCO COMPACTO - CD/DVD, CAPACIDADE CD ROM 700, TEMPO DURAÇÃO 80, TIPO REGRAVÁVEL/CDRW, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM	180	UNIDADE

	<p>ACRÍLICA INDIVIDUAL LACRADA, VELOCIDADE GRAVAÇÃO 4 A 12.</p> <p><i>Observação: MÍDIA CD-RW COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 700MB, 12 X, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ACRÍLICA, TIPO SLIM, DEVIDAMENTE LACRADA, COM INFORMAÇÕES ALUSIVAS ÀS CARACTERÍSTICAS DA MÍDIA BEM COMO O NOME DO FABRICANTE DA MÍDIA, IMPRESSAS TANTO NO ENCARTE DE IDENTIFICAÇÃO QUANTO NO PRÓPRIO CD-RW.</i></p>		
12	<p>DISCO COMPACTO - CD/DVD, TIPO REGRAVÁVEL / DVD-RW, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MONOFACE, CAPACIDADE DVD ROM 4,7GB.</p> <p><i>Observação: MÍDIA DVD-RW, REGRAVÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4.7GB, 16X, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ACRÍLICA, TIPO SLIM, DEVIDAMENTE LACRADA, COM INFORMAÇÕES ALUSIVAS ÀS CARACTERÍSTICAS DA MÍDIA BEM COMO O NOME DO FABRICANTE DA MÍDIA, IMPRESSAS TANTO NO ENCARTE DE IDENTIFICAÇÃO QUANTO NO PRÓPRIO DVD-RW.</i></p>	130	UNIDADE
13	<p>ENVELOPE, MATERIAL PAPEL SULFITE, GRAMATURA 75, COMPRIMENTO 12,50, COR BRANCA, LARGURA 12, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 COM JANELA / VISOR TRANSPARENTE / EMBALABEM CD/DVD.</p>	8.000	UNIDADE
14	<p>ENVELOPE, MATERIAL PAPEL OFF-SET, GRAMATURA 90, TIPO SEM TIMBRE, COMPRIMENTO 330, COR BRANCA, IMPRESSÃO SEM TIMBRE, LARGURA 230.</p> <p><i>Observação: PAPEL BRANCO ALTA ALVURA, 90G/M2, SEM IMPRESSÃO. EMBALAGEM COM 100 (CEM) UNIDADES.</i></p>	2.000	UNIDADE
15	<p>ETIQUETA ADESIVA, MATERIAL PAPEL, COR BRANCA, LARGURA 48, APLICAÇÃO IMPRESSORA MATRICIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RETANGULAR, ALTURA 125.</p> <p><i>Observação: ETIQUETA ADESIVA MEDINDO APROX. 125MM X 48MM, CADA FOLHA CONTENDO 6 (SEIS) ETIQUETAS, CADA CAIXA CONTENDO 500 (QUINHENTAS) FOLHAS. 3.000 (TRÊS MIL) ETIQUETAS POR CAIXA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.</i></p>	35	CAIXA COM 500 FOLHAS

16	<p>ETIQUETA ADESIVA, MATERIAL PAPEL, COR VERMELHA, LARGURA 44, APLICAÇÃO IDENTIFICAÇÃO, ALTURA 13, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 IMPRESSÃO 'URGENTE'.</p> <p><i>Observação:</i> ETIQUETA AUTO ADESIVA, VERMELHA, COM O DIZER "URGENTE" IMPRESSO NA COR BRANCA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 13 X 44MM, PACOTE COM NO MÍNIMO 60 (SESSENTA) ETIQUETAS. VALIDADE MÍNIMA 12 (DOZE) MESES.</p>	70	CAIXA COM 60 UNIDADES
17	<p>FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO MONOFACE, LARGURA 32, COMPRIMENTO 50, COR BEGE, APLICAÇÃO MULTIUSO.</p> <p><i>Observação:</i> PAPEL CREPADO ADESIVO BASE DE RESINA/BORRACHA, COR BEGE CLARO. VALIDADE MÍNIMA 12 (DOZE) MESES. MARCA 3M OU SIMILAR.</p>	90	ROLO DE 50M
18	<p>FITA ADESIVA EMBALAGEM, MATERIAL PAPEL, COMPRIMENTO 50, LARGURA 48, APLICAÇÃO EMPACOTAMENTO GERAL E REFORÇO PACOTES, COR INCOLOR.</p> <p><i>Observação:</i> VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. MARCA 3M OU SIMILAR.</p>	500	ROLO DE 50M
19	<p>FITA PLÁSTICA, MATERIAL POLIPROPILENO, LARGURA 10, COMPRIMENTO 3000, COR INCOLOR, APLICAÇÃO PARA MÁQUINA DE ARQUEAR, ESPESSURA 0,65, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMPACOTAMENTO GERAL DE REFORÇO.</p> <p><i>Observação:</i> COMPATÍVEL COM MÁQUINA MARCA STRAPACK, MODELO TP 202, EM POLIPROPILENO VIRGEM, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.</p>	30	ROLO DE 3.000M
20	<p>FITA MÁQUINA PROTOCOLADORA, MATERIAL NYLON, COMPRIMENTO 10, LARGURA 9,5, MODELO TBA 2.0, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CMI 600 HL, APLICAÇÃO MÁQUINA PROTOCOLADORA TBA 2.0</p> <p><i>Observação:</i> COR PRETA OU AZUL, LARGURA 9,5MM, COMPRIMENTO 10M, CMI 600, HASTE LONGA, NÃO RECONDICIONADOS E/OU REMANUFATURADOS, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM FILME PLÁSTICO, IDENTIFICAÇÃO DO</p>	20	UNIDADE

	FORNECEDOR NA EMBALAGEM. COMPATÍVEL COM PROTOCOLADORES TECNIBRA, TBA 2.0 E FAREP PTR-2LD. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.		
21	LIVRO ATA, MATERIAL PAPEL OFF-SET, QUANTIDADE FOLHAS 200, GRAMATURA 75, COMPRIMENTO 320, LARGURA 220.	10	UNIDADE
22	MOUSE PAD, MATERIAL BORRACHA ANTIDERRAPANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM APOIO DE PUNHO EM GEL, COR PRETA, TIPO ERGONÔMICO. <i>Observação:</i> REVESTIDO EM TECIDO, BASE DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25CM X 22CM, COR PRETA.	300	UNIDADE
23	VISOR, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO ADESIVO, APLICAÇÃO FICHA. <i>Observação:</i> MULTIVISOR ADESIVO TRANSPARENTE, COM ETIQUETA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 50MM X 25MM. PACOTE COM 20 (VINTE) UNIDADES. MARCA YES REF. HA022S OU SIMILAR.	90	PACOTE COM 20 UNIDADES
24	PAPEL CARTOLINA, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 200, COR BRANCA, COMPRIMENTO 700, LARGURA 500. <i>Observação:</i> MEDINDO APROXIMADAMENTE 700MM x 500MM.	50	FOLHA
25	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA CHANFRADA, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR TINTA AZUL. <i>Observação:</i> TINTA À BASE DE ÁLCOOL, VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. MARCA PILOT, HELIOS CARBEX OU SIMILAR.	280	UNIDADE

Entender-se-á por “aproximadamente” a variação de 10% (dez por cento) para mais ou para menos.

Em caso de divergência entre as especificações inseridas no SIASGnet/Comprasnet e as especificações contidas neste Termo de Referência, prevalecerão as constantes deste último.

1. PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos materiais deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Nota de Empenho.

O fornecedor deverá retirar e transportar, por conta própria, qualquer material rejeitado pelo MPDFT, quando do recebimento provisório, bem como providenciar sua substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação que lhe será entregue.

2. LOCAL DE ENTREGA

O material deverá ser entregue na Seção de Almoxarifado do MPDFT, localizada na Sala 1 do 1º subsolo do Edifício Sede do MPDFT, situado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Brasília/DF, CEP 70091-900.

3. PRAZO DE VALIDADE

A validade mínima de 12 meses, exigida para os itens 4, 6, 7, 8, 15, 16, 17, 18, 20 e 25 deve ser considerada a contar da entrega do material no MPDFT.

4. EMBALAGEM

Conforme dispõe o Capítulo III, art. 5º, inciso III da Instrução Normativa/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: *“que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento”*.

5. PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DE AMOSTRAS

A avaliação das amostras será realizada obedecendo aos seguintes critérios:

a) **Critério fundamental**, em primeira fase, de caráter **eliminatório**:

- Todas as propostas, referentes a todos os Itens, sem exceção, deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações exigidas no Edital.
- Todos os Itens têm de estar rigorosamente de acordo com a proposta.

b) **Critérios secundários**, também de caráter **eliminatório**, serão avaliados mediante a realização de testes e/ou observações, quando for o caso, visando à comprovação da qualidade do produto.

- Conferência quanto à correspondência entre a amostra e a especificação constante do Edital (medidas, quantidades, atendimento da finalidade), objetivando verificar a compatibilidade entre a especificação técnica e o material cotado pelo licitante.

ITEM 1 – Apagador

- Verificação do tipo de material.
- Teste de eficiência do apagador:
 - ✓ O teste consistirá na utilização do apagador em quadro branco, devendo apagar escrita realizada com caneta apropriada sem deixar marcas ou sombras, e sem necessidade de efetuar pressão excessiva.

ITEM 2 – Apoio de punho

- Verificação das medidas e demais especificações do edital.

ITEM 3 – Bandeja

- Verificação das medidas e demais especificações do edital.

ITEM 4 – Bloco para recado autoadesivo

- Teste de aderência:
 - ✓ Será testada a capacidade de aderência da cola da amostra em papel A4, devendo apresentar boa capacidade de fixação, sem se desprender da folha e sem deixar resíduos de cola ao ser retirada.
 - ✓ No teste serão utilizados papel A4 75 g/m², superfície plana de plástico e superfície plana de madeira.

ITEM 5 – Borracha

- Testar a eficiência da amostra:
 - ✓ O teste consistirá na utilização da amostra para apagar escrita feita com lápis HB nº2 em folha de papel A4 branco, devendo ser capaz de retirar completamente todo o resíduo de grafite sem danificar o papel.

ITEM 6 – Caneta para marcação em CD

- Verificação da espessura da ponta.
- Teste de escrita em CD:
 - ✓ O teste será realizado por meio de escrita em CD, devendo apresentar secagem rápida e ausência de borrões ao esfregar o dedo na escrita.

ITEM 7 - Caneta marca-texto

- Verificação da ponta.
- Teste de liberação da carga:
- O teste será realizado pela execução de 20 (vinte) traços retilíneos de aproximadamente 25cm em papel A4, devendo o pincel marcar uniformemente a folha, sem falhas ou clareamento da tinta durante o teste.
- Verificação da data de validade.

ITEM 8 – Corretivo Fita

- Verificação das especificações e validade.
- Serão realizados testes em papel A4 tanto com impressão quanto com manuscritos.
- Teste de rolagem da fita. A fita não poderá apresentar travamento, falha ou atolamento.
 - ✓ O corretivo deve apresentar completa aderência ao papel e correção a seco que permita escrita instantânea após a aplicação.

ITENS 9, 10, 11 e 12 – CD e DVD

- Conferência do material em relação à especificação.
- Teste de funcionamento.

ITENS 13 e 14 – Envelopes

- Conferência do material em relação à especificação.

ITEM 15 – Etiqueta

- Análise da qualidade do material, capacidade de impressão e colagem.
- Verificação das demais especificações.

ITEM 16 – Etiqueta

- Análise da qualidade do material e capacidade de colagem.
- Verificação das demais especificações.

ITENS 17 e 18 – Fita crepe e fita adesiva

- Teste de capacidade de aderência/colagem:
 - ✓ Será testada a capacidade de aderência/colagem da fita adesiva, num período contínuo de 24 (vinte e quatro) horas.
 - ✓ No teste serão utilizados folha de papel A4 75 g/m², papel *Kraft* natural e caixa arquivo de papelão.

ITEM 19 – Fita para arquear

- Verificação das medidas da fita.
- Teste realizado em arqueadora *Strapack*, modelo TP202 em perfeito estado de funcionamento.
 - ✓ Instalação da amostra na arqueadora devendo o material proporcionar excelente soldagem.

ITEM 20 – Fita para protocolador

- Conferência do material em relação à especificação.
- Teste de funcionamento no equipamento.

ITEM 21 – Livro ATA

- Conferência do material em relação à especificação.

ITEM 22 – Mouse Pad

- Análise da qualidade do material e especificações do edital:
 - ✓ Deverá ter suporte em gel e revestimento em tecido suave ao toque.
 - ✓ O acabamento não poderá ter rebarbas ou deformidades.

ITEM 23 – Multivisor adesivo

- Conferência das medidas, cores e demais especificações.

ITEM 24 – Papel Cartolina

- Conferência do material em relação à especificação.

ITEM 25 – Pincel atômico

- Verificação da ponta.
- Teste de liberação da carga:
 - ✓ O teste será realizado pela execução de 20 traços retilíneos de aproximadamente 25cm em papel A4, devendo o pincel marcar uniformemente a folha, sem falhas ou clareamento da tinta durante o teste.
- Verificação da data de validade.

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS

Item	Descrição	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Preço Unitário Máximo (R\$)	Preço Total Máximo (R\$)
1	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	50	UNIDADE	2,00	100,00
2	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	130	UNIDADE	23,00	2.990,00
3	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	100	UNIDADE	8,44	844,00
4	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	3.500	UNIDADE	2,19	7.665,00
5	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	600	UNIDADE	0,85	510,00
6	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	180	UNIDADE	1,40	252,00
7	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	1.500	UNIDADE	0,95	1.425,00
8	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	400	UNIDADE	4,00	1.600,00
9	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	4.000	UNIDADE	0,84	3.360,00
10	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	3.400	UNIDADE	0,84	2.856,00
11	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	180	UNIDADE	3,15	567,00
12	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	130	UNIDADE	3,98	517,40
13	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	8.000	UNIDADE	0,15	1.200,00
14	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	2.000	UNIDADE	0,29	580,00
15	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	35	CAIXA COM 500 FOLHAS	121,20	4.242,00
16	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	70	CAIXA COM 60 UNIDADES	2,44	170,80
17	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	90	ROLO DE 50M	5,28	475,20
18	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	500	ROLO DE 50M	2,23	1.115,00
19	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	30	ROLO DE 3.000M	235,00	7.050,00
20	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	20	UNIDADE	9,90	198,00
21	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	10	UNIDADE	15,15	151,50
22	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	300	UNIDADE	9,03	2.709,00
23	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	90	PACOTE COM 20 UNIDADES	7,90	711,00
24	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	50	FOLHA	1,00	50,00
25	Conforme especificação constante do Anexo I do Edital.	280	UNIDADE	1,15	322,00

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Declaramos, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, pelo **Pregão Eletrônico n.º _____/2019**, que nos quadros da empresa _____, CNPJ n.º _____, inexistem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Brasília, de _____ de 2019.

Representante Legal